

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

1. **EVENTO:** Reunião do Conselho de Administração – Ata lavrada em forma de sumário.
2. **EMPRESA:** M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos. CNPJ/MF n.º 07.206.816/0001-15, NIRE 2330000812-0 ("Companhia").
3. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 15 de abril de 2020, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Rodovia BR 116, Km 18, S/N, Jabuti, Eusébio, Ceará, com participação remota.
4. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade de membros do Conselho de Administração, a saber: Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco (Presidente), Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco (Vice-Presidente), Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco (Suplente de Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco), Guilherme Affonso Ferreira (Conselheiro independente), Fernando Fontes Lunes (Conselheiro independente) e Daniel Funis (Conselheiro independente).
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:
 - 5.1. a realização da 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de 20 notas promissórias comerciais, em série única ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), perfazendo o montante total de R\$200.000.00,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), nos termos da Instrução CVM nº 566, de 1º de julho de 2015 ("Instrução CVM 566") e da da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Pública" e "Instrução CVM 476, respectivamente); e
 - 5.2. a autorização à diretoria da Companhia para tomar todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações tomadas em reunião.
6. **DELIBERAÇÕES:**
 - 6.1. Aprovar a realização da Emissão pela Companhia, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas nas cédulas de Notas Comerciais da 1ª (primeira) Emissão da Companhia ("Cartulas"):
 - (a) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).
 - (b) **Quantidade de Notas Comerciais:** Serão emitidas 20 Notas Comerciais.
 - (c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.
 - (d) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados integralmente para reforço de caixa da Companhia.
 - (e) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Notas Comerciais será a data da efetiva subscrição e integralização de cada Nota Promissória, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 566, a ser estabelecida nas cédulas nas Notas Comerciais ("Data de Emissão").
 - (f) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário da Notas Promissória será de R\$10.000.000,00 (dez

milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

- (g) **Forma, Circulação, Comprovação de Titularidade, Custodiante e Banco Mandatário:** As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e custodiadas conforme definido no "*Manual de Normas - CRA de Distribuição Pública, CRI de Distribuição Pública, Debêntures e de Nota Comercial*" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTMV ("B3"), perante instituição prestadora de serviços de custodiante da guarda física das Notas Comerciais a ser contratada pela Companhia ("Custodiante"), conforme será definido nas respectivas Cárulas, sendo que, para todos os fins de direito e efeitos, a comprovação da titularidade das Notas Comerciais será feita por meio da posse das Cárulas. Adicionalmente, para as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela B3 em nome do respectivo detentor das Notas Comerciais. Será contratado prestador de serviços de banco mandatário para a Emissão ("Banco Mandatário"), a ser definido nas Cárulas. As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade, conforme disposto no §1º do artigo 4º da Instrução da CVM 566 e no artigo 15 do Anexo I da Lei Uniforme de Genebra, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das Notas Comerciais se operará pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as Cárulas das Notas Comerciais ao credor definitivo por ocasião da extinção do registro na B3.
- (h) **Prazo e Data de Vencimento das Debêntures:** As Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido a seguir), de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida a seguir) e vencimento antecipado das Notas Comerciais, nos termos a serem previstas nas Cárulas.
- (i) **Atualização Monetária e Remuneração:** Os Valores Nominais Unitários das Notas Comerciais não serão atualizados monetariamente. As Notas Comerciais farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu respectivo Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de um percentual (*spread*) ou sobre taxa de 3,13% (três inteiros e treze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o respectivo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, a data de resgate das Notas Comerciais decorrente de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, ou da data de pagamento decorrente de vencimento antecipado das Notas Comerciais, o que ocorrer primeiro, conforme os critérios definidos no "*Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21*", disponível para consulta na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, na internet (<http://www.b3.com.br>) e replicados nas Cárulas ("Remuneração").
- (j) **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Notas Comerciais serão depositadas na B3 (i) para distribuição no mercado primário exclusivamente por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, sendo que concomitantemente à liquidação, as Notas Comerciais serão depositadas em nome do titular no Sistema de Custódia Eletrônica da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3. As Notas Comerciais serão ofertadas exclusivamente a, no máximo, 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Investidores Profissionais"), podendo ser subscritas por, no máximo 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476 pela Companhia, exceto pelo eventual lote de Notas Comerciais objeto de garantia firme pelo Coordenador Líder. Em decorrência da Deliberação da CVM nº 849, de 31 de março de 2020, conforme alterada ("Deliberação CVM 849"), a eficácia do artigo 13 da Instrução CVM 476, está suspensa pelo período de 4 (quatro) meses, a partir de 31 de março de 2020, quando, alternativa ou cumulativamente: (i) o adquirente for Investidor Profissional; e (ii) tratar-se de valor mobiliário emitido por companhia registrada na CVM.

- (k) **Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração:** O Valor Nominal Unitário será amortizado integralmente pela Companhia na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de resgate das Notas Comerciais decorrente de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, ou de vencimento antecipado das Notas Comerciais, o que ocorrer primeiro. A Remuneração será paga pela Companhia, juntamente com o respectivo Valor Nominal Unitário, em uma única parcela na respectiva Data de Vencimento das Notas Comerciais ou, se for o caso, na data de eventual resgate das Notas Comerciais decorrente de Resgate Antecipado Facultativo ou de Oferta de Resgate Antecipado, ou, ainda, na data de eventual declaração de vencimento antecipado das Notas Comerciais, o que ocorrer primeiro.
- (l) **Forma de Subscrição e Preço de Integralização:** As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas de acordo com os procedimentos da B3, exclusivamente por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. As Notas Comerciais serão integralizadas à vista, na Data de Emissão, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo respectivo Valor Nominal Unitário, sendo que, concomitantemente à liquidação financeira, as Notas Comerciais serão depositadas em nome do titular das Notas Comerciais no Sistema de Custódia Eletrônica da B3. As Notas Comerciais poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição das Notas Comerciais, desde que aplicado de forma igualitária entre as Notas Comerciais.
- (m) **Regime de Colocação:** As Notas Comerciais serão objeto de oferta pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de distribuição para a totalidade das Notas Comerciais, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), tendo como público alvo Investidores Profissionais, observados os termos e condições dispostos no "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Comerciais da 1ª (primeira) Emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos*" a ser celebrado entre a Companhia, a Avalista e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação").
- (n) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais serão efetuados em conformidade com: (i) os procedimentos adotados pela B3, caso as Notas Comerciais estejam depositadas eletronicamente na B3; (ii) em conformidade com os procedimentos do Banco Mandatário; ou, ainda, (iii) na sede da Companhia, diretamente aos seus titulares, caso as Notas Comerciais não estejam depositadas eletronicamente na B3. Farão jus ao pagamento aqueles que forem titulares das Notas Comerciais no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento.
- (o) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** Sujeito ao atendimento das condições a serem incluídas nas Cártyulas e observados os termos do artigo 5º da Instrução CVM 566, a Emissora poderá, unilateralmente, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser comunicado pela Emissora à Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., representada por sua filial, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, Sala 1401, CEP 04534-002, Itaim Bibi, São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01 ("Agente de Notas"), e aos Titulares das Notas Comerciais, por meio de publicação de anúncio, nos termos a serem previstos nas Cártyulas ou por meio de comunicado individual, por escrito, a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Titulares das Notas Comerciais, com cópia para o Agente de Notas e com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do evento de Resgate Antecipado Facultativo. Tal comunicado aos Titulares das Notas Comerciais deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo que coincidirá com o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), e que deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Titulares das Notas Comerciais farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido: (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) de prêmio flat de 2% (dois por cento) incidente sobre o volume a ser resgatado antecipadamente, acrescido da respectiva Remuneração e; (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do Resgate Antecipado Facultativo, se for o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo, comunicar o Custodiante e à B3 a respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo. O pagamento das Notas Comerciais a serem resgatadas

antecipadamente, por meio do Resgate Antecipado Facultativo, será realizado pela Emissora (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3, quando as Notas Comerciais estiverem depositadas eletronicamente na B3; ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Titulares das Notas Comerciais, a ser realizado pelo Custodiante no caso das Notas Comerciais que não estejam depositadas eletronicamente conforme o item (i) acima. O Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais implica a extinção do título, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no §4º do artigo 5º da Instrução CVM 566. Todos os custos e despesas decorrentes do Resgate Antecipado Facultativo previsto serão integralmente incorridos pela Emissora. Para fins do artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 566, a subscrição ou aquisição das Notas Comerciais representa: (a) a anuência expressa do respectivo subscritor ou adquirente com a possibilidade de a Emissora, a qualquer tempo, proceder ao Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais, nos termos acima previstos; e (b) o compromisso do subscritor ou adquirente de, se for o caso, realizar todos os procedimentos necessários para que tal Resgate Antecipado Facultativo seja confirmado perante a B3.

- (p) **Oferta de Resgate Antecipado Facultativa:** Observadas as disposições a serem incluídas nas Cártulas, a Companhia poderá realizar, unilateralmente, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, oferta de resgate da totalidade das Notas Comerciais, com o consequentemente cancelamento das Notas Comerciais resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado"), devendo a Oferta de Resgate Antecipado proposta pela Companhia ser dirigida a todos os titulares de Notas Comerciais. A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os titulares de Notas Comerciais, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os titulares de Notas Comerciais para aceitar o resgate antecipado das Notas Comerciais de que forem titulares. A Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de comunicação dirigida aos titulares das Notas Comerciais, a ser amplamente divulgada nos termos a serem previstos nas Cártulas, ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Companhia a cada um dos titulares das Notas Comerciais, com cópia para a B3, o Banco Mandatário e o Custodiante ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) data efetiva para o resgate objeto da Oferta de Resgate Antecipado, que coincidirá com o pagamento do Valor da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), e que deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil; (ii) a menção a que o Valor da Oferta de Resgate Antecipado será calculado conforme abaixo; (iii) o valor do prêmio de resgate, a ser definido pela Emissora e que não pode ser negativo, incidente sobre o volume a ser resgatado extraordinariamente acrescido da respectiva Remuneração; (iv) a forma e o prazo limite de manifestação à Companhia dos titulares das Notas Comerciais que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto abaixo; e (v) as demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos titulares das Notas Comerciais e para a operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado. Por ocasião da Oferta de Resgate Antecipado, os titulares das Notas Comerciais farão jus ao pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário acrescido: (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do resgate objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (ii) de prêmio de resgate incidente sobre o volume a ser resgatado extraordinariamente acrescido da respectiva Remuneração; e, conforme aplicável, (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate ("Valor da Oferta de Resgate Antecipado"). Após a publicação ou o envio, conforme o caso, do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares das Notas Comerciais que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Companhia. Caso o resgate antecipado das Notas Comerciais seja efetivado nos termos previstos acima, ele deverá ocorrer em uma única data para todas as Notas Comerciais dos titulares das Notas Comerciais que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado, na data prevista no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do resgate antecipado, comunicar ao Agente de Notas, ao Custodiante, ao Banco Mandatário e à B3 a data do resgate antecipado. O pagamento das Notas Comerciais a serem resgatadas antecipadamente, por meio da Oferta de Resgate Antecipado, será realizado pela Companhia (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3, no caso das Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3; ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos titulares das Notas Comerciais, a ser realizado pelo Custodiante no caso das Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente conforme o item (i) acima.
- (q) **Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais estarão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado usuais de mercado, as quais serão definidas nas respectivas Cártulas. Em caso de vencimento antecipado das Notas Comerciais, a Companhia deverá efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais acrescido: (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento; (ii) de eventuais Encargos Moratórios; e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos das Notas Comerciais.

A B3 deverá ser imediatamente comunicada, por meio de correspondência do Agente de Notas, da ocorrência do vencimento antecipado.

- (r) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, os débitos em atraso, serão acrescidos de: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (em conjunto, "Encargos Moratórios").
- (s) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Notas Comerciais prevista nas Cártulas, inclusive pelos titulares das Notas Comerciais, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos. Entende-se por "Dia(s) Útil(eis)" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
- (t) **Demais Características das Notas Comerciais:** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Notas Comerciais serão tratadas detalhadamente nas Cártulas.
- 6.2** Autorizar a administração da Companhia a praticar todo e qualquer ato necessário e recomendável à implementação das matérias aqui previstas, incluindo, sem limitação: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão, incluindo, sem limitação, as datas de vencimento das Notas Comerciais, suas hipóteses de vencimento antecipado e demais características; (b) celebrar ou emitir todos os documentos e eventuais aditamentos aos documentos necessários no âmbito da Oferta; (c) praticar todos os atos necessários à emissão das Notas Comerciais, e (d) contratar quaisquer prestadores de serviços relacionados com a Oferta, incluindo, sem limitação, o Agente de Notas, Custodiante, Banco Mandatário, Coordenador Líder, assessores jurídicos, assessores financeiros, entre outros, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços.
- 7. MESA:** Presidente: Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco; Secretário: Rafael Sampaio Rocha.
- 8. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS:** Nada mais tratado lavrou-se a ata em livro próprio, que se refere a esta Reunião do Conselho de Administração, que foi aprovada e assinada por todos os presentes, a saber: Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco (Presidente), Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco (Vice-Presidente), Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco (Suplente de Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco), Guilherme Affonso Ferreira (Conselheiro independente), Fernando Fontes lunes (Conselheiro independente) e Daniel Funis (Conselheiro independente).
- 9. DECLARAÇÃO:** Uma via desta ata, digitada e impressa eletronicamente, apenas em seus anversos, compõe o "Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração" desta Companhia.

Eusébio/CE, 15 de abril de 2020.

Confere com original lavrada em livro próprio.

Rafael Sampaio Rocha
(Secretário de mesa)